

# AOS ESTUDANTES

As grandiosas manifestações estudantis que sacudiram as universidades do País em torno do caderno reivindicativo da Academia de Coimbra, pelo seu cumprimento, nomeadamente pela revogação do Dec/burla de Gestão, movimentação que pela amplitude, objectivos e organização mobilizou as atenções e a simpatia de milhares de trabalhadores, terminou sem que se tivesse alcançado algo de palpável e concreto. Milhares de estudantes e em particular a Academia de Coimbra, que lutaram estoica e abenegadamente contra aquilo que sentiam ser atentados à democracia nas escolas, ao que palmo a palmo foi conquistado após o 25 de Abril de 1974; que expressaram de multiplas maneiras e inequivocamente a sua opinião, a sua disposição e esclarecimento para a luta ( A.Magnas, AGEs, Plenários de Universidade, Manifestação em Lisboa, ENDAS, Concentrações, Greve Geral... ); que se dotaram de estruturas de organização ( Comissão de Luta da Academia ) em que confiavam, capazes de conduzir a bom termo a sua vontade e disposição para a vitória, esses estudantes encontram-se hoje perante uma terrível pergunta que todos fazem mas que ninguém ousa responder ( e principalmente quem mais responsabilidades teve no processo, desde a C.de Luta às organizações políticas que intervêm no movimento estudantil ): Como foi possível ?

Todos sentimos neste momento "o traveo amargo da derrota", tanto mais amargo quanto se sente que podiamos ter ido mais longe e não fomos, quanto se sente a frustração, não da derrota em si, mas da cedência ante as dificuldades, a fuga às responsabilidades ao balanço de todo o processo desenvolvido, se não compreendem os motivos da derrota ( é necessário dizê-lo claramente ), se não tiraram as lições, se não assacam as responsabilidades e se pretende tudo encobrir com a manta do passado, em nome dos altos e baixos viscerais do movimento estudantil.

Perante isto tentou-se por várias vezes que a C.de Luta da Academia assumisse as suas responsabilidades, fize-se o seu balanço, prestasse contas a quem a elegeu e nela confiou. Tal foi impossível, faltas sistemáticas de parte daqueles que consideravam, apesar de tudo, que a C.de Luta tinha ainda um papel a desempenhar, um "futuro brilhante à sua frente", malogrou uma após outra as tentativas feitas para que a C.de Luta levasse a cabo essa tarefa.

Não renunciando a prestar contas a quem nos elogiou, impossibilitados de o fazer em A.Magna, apesar do "forcing" efectuado numa das últimas RGAs perante a apatia geral, recorreremos a fazê-lo em comunicado, apresentando ao mesmo tempo a nossa perspectiva para o futuro.

## I

Terminada a jornada de luta em defesa de Fausto Cruz com o seu julgamento em Tomar, como já há algum tempo se esperava, as medidas Governamentais para o ensino começaram a pôr em causa as conquistas estudantis, os seus interesses,

...//...

do mesmo modo que continuavam a ser postas em causa a nível mais geral a Reforma Agrária, as ocupações de casas pelos moradores pobres, a garantia de emprego, o nível de vida, as C.de Trabalhadores, o controlo operário...e a reacção levantava a cabeça através dos seus porta vozes CIP,CAP e partidos de direita.

O saneamento do Prof. Teixeira Ribeiro pelo MEIC foi o começo. A C.de Luta então formada, constituída à base de estruturas associativas, com responsabilidades diluídas, escolhida por critérios não políticos, independentemente da boa vontade de alguns pouco ou nada fez, consumindo-se em querelas internas, inevitáveis devido ao seu método e critério de constituição.

O Dec/burla de Gestão é publicado no Diário da República, sem qualquer consulta às escolas, elaborado no segredo dos gabinetes. É claramente anti-democrático. Órgãos não eleitos, mas senhores da Escola eram institucionalizados; Assembleias de Representantes em detrimento consciente das AGEs tinham o poder de eleger CDs desprovidos de poderes decisórios. Em breve surgiriam as Comissões Científicas Interuniversitárias com poderes de alterar métodos e matérias sem a mínima participação dos directamente interessados...

Este era o panorama que todos sentiam ser apenas o começo e dependeria da nossa resposta, da nossa luta levada a bom termo, a sua não aplicação.

Em amplas AGEs os estudantes tomaram conhecimento e consciência dos ataques que eram vítimas por parte do MEIC. As tomadas de posição eram unânimes: gestão democrática sim, dec/burla não, não aos sancionados, não às matérias e métodos dos caducos e reacccionários...

Os CDs, órgãos eleitos pelas Escolas, responsáveis perante elas, de reunião em reunião, chegaram à conclusão de que a melhor forma de luta era demitirem-se colectivamente ( Que ginástica mental foi precisa ! ). Os CDs não se demitiram antes porque sentiram a responsabilidade da entrada em Greve da Academia, caso fizessem, na reunião do Anfiteatro da Física, como tinha sido decidido em A. Magna. Abriam deste modo o campo para o preenchimento pelo MEIC, que outra coisa não esperava, por órgãos não eleitos: CDPs, o vazio democrático deixado pela "forma de luta" (Motivada também pela procura da unanimidade!). Era o começo.

O Plenário Geral da Universidade foi massivamente participado, mais de 6000 pessoas entre professores, alunos e funcionários. O MEIC não podendo desmentir, caluniou. Sentiu-se aí a tentativa já antes esboçada de canalizar a luta estudantil autónoma, apenas dependente da luta também autónoma dos trabalhadores, para bicos sem saída, ao mesmo tempo que apoiava estratégias partidárias, no caso a "maioria de esquerda" na Assembleia da República. O Dec/ baixou à A. da República por iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP. A movimentação estudantil apenas serviria para pôr no prato da balança do jogo Parlamentar? O espartilho não foi totalmente apertado, os estudantes viram o beco e apesar de o terem em conta não se agarraram a ele nem se introduziram nele.

A nível nacional, as outras escolas amadureciam e despertavam para a luta. A jornada de luta a nível nacional foi um êxito, grande número de estudantes de Lisboa e Porto compreendiam que só a Greve Geral a Nível Nacional podia fazer

.....//.....

recuar o Ministro Cardia, apenas apoiado pela direita. Entretanto o MEIC encerra abusivamente a FEP, era a prova de força, o teste. Era ceder ou vencer, ficar pôr declarações de intenção, pela solidariedade platónica ou ir em ajuda da FEP exigindo a sua abertura imediata e responder ao MEIC entrando em Greve Geral a Nível Nacional, com escolas significativas de Lisboa e Porto. Tal era possível, as condições objectivas e subjectivas estavam criadas.

Esta foi a "perspectiva da vitória" que a C. de Luta levou à A. Magna. O momento era crucial, como foi afirmado. A proposta da C. de Luta foi recusada por diferença mínima. Os "saudosos da unanimidade" não assumindo as suas responsabilidades perante os estudantes em luta ( os sectores fundamentais luta estudantil ) , foram os porta vozes, a expressão política de colegas nossos mais exitantes e de outros cujos interesses pessoais ou de grupo não passam pela luta estudantil. As movimentações políticas têm os seus "quês", uma força política a puxar para trás, para a inércia, para o certo, o estável, a recuar, tem mais peso que outras a lutar, podendo não ser decisiva, neste caso foi-o.

Paralelamente esvaziou-se conscientemente o conteúdo e a razão de ser da C. de Luta órgão centralizador numa frente comum contra um inimigo poderoso, o MEIC, todo o movimento estudantil. As C. de Escola independentes entre si, e a divisão provocada entre as Faculdades, a descentralização efectuada, materializou aquele provérbio ( tão velho! ) "dividir para reinar". A frente comum desapareceu, cada escola conta consigo sempre a interrogar-se do comportamento das outras. No momento em que se procurava centralizar a nível de Academia, Lisboa e Porto, e a nível nacional, para fortalecer o movimento estudantil, dividir em Coimbra foi objectivamente sabotar, enfraquecer e destruir a possibilidade de luta centralizada, minimamente organizada e séria. Com as escolas entregues a si próprias as suas diferenças políticas, de mobilização e organizativas vieram imediatamente ao de cima. Em vez de irmos "agarrar as Escolas" fomos, isso sim, perdê-las e perdermo-nos nelas.

A nível nacional muito se disse e muito tentou enterrar-se com o eterno argumento de que as condições objectivas não estavam criadas, que em Coimbra havia uma só Associação etc. etc. No entanto, a manifestação em Lisboa, os Plenários de Universidade, a jornada de Greve nacional provaram que grande parte dos estudantes de Lisboa e Porto compreendiam a luta encetada, estavam dispostos a avançar. Escolas houve onde tiveram de ultrapassar as direcções associativas ( quais espartilhos do movimento estudantil! ). A coordenação de academia insistentemente solicitada pelos estudantes em luta é que as direcções associativas não subiram ou não quiseram construir. As formas de organização diferentes propostas ( C. de Luta em cada escola, Academia e Nacional ), foram simplesmente ignoradas pelas direcções associativas ciosas da propriedade exclusiva do movimento estudantil.

Assim chegamos à verdade difícil de conceber para muitos: os estudantes de Lisboa e Porto sabiam o que queriam e porque lutavam. O terreno a nível nacional estava minimamente preparado e receptivo, se aí não cresceu a força da mobilização nacional, deve-se à actuação das direcções associativas e das forças que

...//...

politicamente as controlam.

A alternativa em Coimbra, era voltar a dar à C. de Luta o poder centralizador que possibilitou, não só dirigir o movimento, mas também levantá-lo do marasmo em que a C. de Luta do Prof. Teixeira Ribeiro a tinha prostrado. As comissões de luta são formas de organização conjunturais que retiram a sua força e prestígio das resoluções das Assembleias de Massas, os seus elementos são pessoal e directamente responsáveis perante quem os elege segundo um critério essencialmente político ( capacidade e provas dadas ). Têm um objectivo bem preciso a alcançar. O seu poder é essencialmente executivo e decisório dentro do aprovado democraticamente.

Foi o que se tentou fazer e se defendeu na C. de Luta da Academia, foi o que se procurou aprovar nas A.Magnas convocadas que resultaram em RGAs. Assim o não compreenderam os restantes elementos da C. de Luta, assim o não quiseram os mesmos elementos que provocaram a divisão pelas escolas, assim o não quiseram também aqueles que ao arranjarem um "bode expiatório político", respiraram fundo, não procuraram ultrapassar as barreiras assim criadas e capitularam objectivamente do mesmo modo.

De cedência em cedência, de esitação em esitação, foi-se gerando a desmoralização e a confusão no seio dos estudantes, a falta de certeza da actuação comum de todas as escolas, o não assumir decididamente a responsabilidade de levar à prática o decidido em Plenários e A.Magnas, motivou o não impedimento de funcionamento do Conselho Científico, ponto central do Dec/ de Gestão, órgão vitalício não eleito, responsável perante o MEIC, dono e senhor da Escola. Aqui cabem graves responsabilidades à C. de Luta.

A C. de Luta da Academia, que todos sentem já não existir, sem funções, sem qualquer meio de actuação senão emitir opiniões, dar conselhos, enfim ser uma espécie de Grupo Consultivo, de que pensamos já ninguém defender o "futuro brilhante", não tem razão de existir. Por isso e coerentemente com o balanço efectuado, prestando contas a quem nos elegeu, retiramo-nos conscientemente da C. de Luta da Academia de que fazíamos parte.

## II

Que perspectivas avançar para a luta estudantil?

Quanto a nós, saberemos assumir as nossas responsabilidades enquanto estudantes conscientes de que a construção do Socialismo passa inevitavelmente pela defesa do que ainda nos resta nas Escolas e pela ligação dos estudantes à luta dos trabalhadores.

Assembleias de Representantes para quê? Efectivamente depois de todo um processo de luta que punha em causa a sua existência, aí participar, além do mais elementar desrespeito pelos princípios defendidos, não é outra coisa senão comprometermo-nos com a própria aplicação do Decreto, não é outra coisa senão a base objectiva da demagogia, o trunfo da colaboração nas mãos e na boca do MEIC. Preencher vazios que a direita ocuparia, é o seu terreno, ou atolarmo-nos na lama da colaboração, formada pelos princípios políticos e pelos interesses espezinhad

....//....

dos estudantes que se mobilizaram pela sua obtenção? Para se recusar a eleger o CD e possibilitar a sua eleição universal? Ilusão das ilusões! Lutar pela eleição de CDs, sem poderes, por voto universal, criando ~~acomeço~~ tempo o órgão legalmente previsto para o eleger. Representantes de quem? Responsáveis perante quem? Responsáveis perante o MEIC, perante quem ilusoriamente pretendem combater.

Assembleia de Representantes para quê? Muito simplesmente para esvaziar o conteúdo e apagar as AGEs, órgãos base da democracia nas escolas. Muito simplesmente para afastar da discussão e resolução dos problemas que os afectam e lhes dizem respeito, a esmagadora maioria da população escolar. Muito simplesmente para matar a participação activa da escola na resolução dos seus problemas, agora entregues a uma Câmara pretensamente democrática, a que muitos se a pressam a pôr a chancela.

É pois necessário defender e prestigiar as AGEs esse instrumento de transformação da escola e das relações escolares pós-25 de Abril de 1974.

É pois necessário reforçar as estruturas de curso e ano, que os elementos eleitos o sejam pela sua capacidade política e pelas provas dadas na defesa dos interesses de todos.

É pois necessário defender métodos e matérias, aprefeioar critérios de avaliação de conhecimentos, combater a selecção, contribuir para que a escola possa possibilitar um abrir de horizontes sobre a realidade social.

~~É pois necessário impedir que um só canal possa ser reintegrado na nossa escola. Seguir o exemplo da FOTUC, assumir publicamente a responsabilidade política de actos políticos que têm a sua base em decisões de Plenários democráticos.~~

É pois necessário fazer sentir aos órgãos não eleitos a sua posição enquanto tal: não reconhecidos pela escola.

Os colegas dos primeiros anos, depois de um ano de espera frustrante, é necessário integrar na Academia, nas suas tradições de luta e decisões democráticas. A sua experiência de Liceu, quantas vezes entre confusões políticas, querelas partidárias estéreis e mesmo confrontos "ideológicos", deve ser voluntariamente submetida à sua própria crítica consciente.

Materializar a palavra de ordem tantas vezes repetida: Trabalhadores Estudantes a Mesma Luta! Através de um programa de trabalho em Cooperativas, C. de Moradores etc., através da informação permanente das lutas operárias e dos trabalhadores em geral, e pela solidariedade efectiva com as suas lutas. As iniciativas conjuntas com os órgãos representativos dos trabalhadores têm igualmente um papel a desempenhar nesse sentido.

Compreender e enquadrar a luta dos estudantes na luta dos trabalhadores pelo Socialismo, é dar sentido e consistência ao movimento estudantil.

É preciso construir a alternativa política capaz de, sem exaltações nem tibiezas, saber assumir as suas responsabilidades nos tempos difíceis que se avizinham, defender os interesses do grupo social estudantil dentro da luta comum a todos os trabalhadores, pela construção da Sociedade Socialista.

É nesta tarefa que estamos empenhados, é deste combate que não abdicaremos.

Coimbra, 8 de Fevereiro de 1977

João Pedro

Rosendo

Ventura